

INDISCIPLINA ESCOLAR: UM DOS DESAFIOS À GESTÃO DEMOCRÁTICA

BELLIA, Rogéria Aparecida Camargo Lima¹
SANTOS, Sílvia Alves dos²

RESUMO

Este artigo foi produzido atendendo a uma das etapas do Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná e busca atender aos anseios de professores, pedagogos e direção de escolas da Rede Estadual de Ensino que vêm sofrendo com a incidência da indisciplina escolar. O estudo sobre o tema foi feito por meio de pesquisa bibliográfica e busca abordar os conceitos de disciplina e indisciplina escolar em alguns momentos históricos, enfatizando a importância da gestão democrática como forma de enfrentamento do problema, oferecendo à comunidade escolar a oportunidade de participação e envolvimento na construção do Projeto Político Pedagógico. Longe de elaborar um “receituário” com alternativas que venham a sanar o problema, o objetivo principal desse artigo é oportunizar aos envolvidos no processo educacional momentos para reflexão e análise sobre o tema abordado e se possível oferecer subsídios para uma possível mudança de atitudes dentro da escola a partir dessas considerações.

PALAVRAS-CHAVES: *Disciplina; Indisciplina; Gestão Democrática*

ABSTRACT

This article was written to attend one of the stages of the Educational Development Program of the Education Secretary of the Parana state and search to attend to the longing of the teachers, pedagogues and school direction of state teacher net that have been suffering with the incidence of scholastic indiscipline. The study about the theme was made through bibliographic researches and searches to approach the discipline and indiscipline concepts in some historical moments emphasizing the importance of the democratic importance as a facing form of the problem, offering to the scholastic community the opportunity to take part in the involvement in the construction of the Pedagogic Political Project. Far from elaborate a “receipt” with alternatives to make amends for the problem, the main objective of this aim is to give to the people who are involved in the process moments to reflect and analyze the approached theme and if possible offer assistance to a possible change to the attitudes in the school from these argumentations.

¹ Professora da Rede Estadual do Paraná, integrante do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação).

² Professora Orientadora da Universidade Estadual de Londrina.

INTRODUÇÃO

Observando o dia-a-dia de uma escola podemos notar que a educação brasileira, de um modo geral, passa por um momento bastante delicado. Além da falta de uma política pública educacional clara e eficiente, educadores, gestores, alunos, enfim, toda comunidade escolar alerta que algo bastante conflituoso vem acontecendo no ambiente escolar.

Dentre esses conflitos destacamos a questão da indisciplina escolar, que tem sido vivenciada de forma intensa e apontada como um dos principais alvos de discussões entre os profissionais da educação.

Tema polêmico, a indisciplina tornou-se um dos maiores obstáculos pedagógicos nos dias atuais e é apontada como uma das causadoras da falta de aproveitamento escolar, sendo muitas vezes considerada a grande “vilã” dentro do ambiente escolar.

Freqüentemente, podemos testemunhar nossos educadores bastante apreensivos com o problema, criando dentro da escola uma situação angustiante. Muitos apontam que a autoridade e o controle excessivo de antigamente foram substituídos por certa perplexidade e indiferença entre os educadores, que, muitas vezes, passam a ser cúmplices desse problema educacional, dando à disciplina um valor secundário.

Por se tratar de um tema bastante controverso, professores, pedagogos, diretores, pais e alunos estão atônitos no meio do emaranhado de significados e valores que a disciplina comporta.

Fazendo uma reflexão a respeito do assunto e indagando alguns pedagogos da Rede Estadual de Ensino, no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, constatamos que a indisciplina é um dos grandes desafios a ser enfrentado por estes profissionais da educação, que se vêem aflitos diante de questionamentos feitos pelos educadores de como agir diante desta realidade que atinge a todos os envolvidos no processo educativo.

O sentimento de frustração que toma conta do corpo docente, após um dia de trabalho é bastante nítido e preocupante, embora não saibamos exatamente sua extensão e nem quais os motivos que podem ser atribuídos a esse tipo de comportamento, cabendo, portanto, uma discussão e reflexão a respeito.

O que mais se ouve nas escolas é que os alunos: “não querem nada com nada”, “não têm noção do que querem do futuro”, “as famílias não estão interessadas em acompanhar o desenvolvimento de seus filhos”, “os valores morais foram perdidos”, “a escola passou a desempenhar papéis que não são dela”, enfim, toda uma gama de reclamações que na maioria das vezes, só se referem ao aluno como protagonista dessa indisciplina e por conseqüência do seu fracasso escolar.

Mais do que procurar encontrar “receitas mágicas” para resolver tal dificuldade é importante frisar que a escola precisa buscar formas de se recuperar, já que sua imagem vem sendo ameaçada em razão do processo histórico na qual está inserida onde, a quantidade é ressaltada em detrimento à qualidade. Para tanto, os princípios da gestão democrática garantida por lei deve ser evidenciada, colocando em destaque a participação e o diálogo entre os envolvidos no processo educacional.

Há de se ter o cuidado de pensar a disciplina não como antigamente, quando exigia-se autoritariamente o silenciamento, a obediência, a resignação. Hoje, o professor pode e deve desenvolver no aluno a verdadeira disciplina, aquela que congrega: movimento, vontades e esforços para a realização de determinadas tarefas.

Num primeiro momento discutiremos o conceito de disciplina e indisciplina.

Num segundo momento percorreremos a questão da gestão democrática e o envolvimento do Pedagogo nas questões referentes ao tema abordado no momento histórico atual.

Além de procurar identificar as possíveis causas da indisciplina, se faz necessário fazer um levantamento histórico a respeito do problema, as diferentes formas de se conceber a disciplina e principalmente propiciar momentos de reflexão a professores, direção, pedagogos e alunos sobre a disciplina que se quer e, se necessário, a mudança de postura dentro da escola a partir do Projeto Político Pedagógico, com a finalidade de amenizar as conseqüências da indisciplina frente às dificuldades de aprendizagem.

1.1 A DISCIPLINA ESCOLAR E AS DIFICULDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

A questão da disciplina escolar passou a ser, atualmente, para os profissionais da educação, um dos principais problemas pedagógicos em nível de sala de aula.

Mas o que seria a disciplina?

Segundo definição encontrada no mini-dicionário de Língua Portuguesa Silveira Bueno (2000, p. 206), a palavra disciplina significa ordem, respeito, obediência às leis. E disciplinado seria aquele corrigido, obedecido, organizado, administrado.

Aquino (1996, p. 42) cita um texto de 1922 intitulado *Recomendações Disciplinares* em que se percebe suas impressões:

Não há creanças refractarias à disciplina, mas somente alumnos ainda não disciplinados. A disciplina é factor essencial do aproveitamento dos alumnos e indispiénsavel ao homem civilisado. Mantêm a disciplina, mais do que o rigor, a força moral do mestre e o seu cuidado em trazer constantemente as creanças interessadas em algum assumpto útil.

Os alumnos se devem apresentar na escola minutos antes das 10 horas, conservando em ordem no corredor da entrada, para dahi descerem ao pateo onde entorarão o cântico.

Formados dois a dois dirigir-se-hão depois ás suas classes acompanhados das respectivas professoras, que exigirão delles se conservem em silencio e entrem nas salas com calma, sem deslocar as carteiras. Deverão andar sempre sem arrastar com os pés, convindo que o façam em terça, evitando assim o balançar dos braços e movimentos desordenados do corpo.

Em classe a disciplina deverá ser severa:

- os alumnos manterão entre si silencio absoluto;
- não poderá estar de pé mais de um alumno;
- a distribuição do material deverá ser rapida e sem desordem;
- não deverão ser atirados ao chão papéis ou quaesquer cousas que prejudiquem o asseio da sala;
- sempre que se retire da sala, a turma a deixará na mais perfeita ordem.

No recreio a disciplina é ainda necessaria para que elle se torne agradável aos alumnos bem comportados:

- deverão os alumnos se entregar a palestras ou a diversões que não produzam grande alarido;
- deverão merecer attenção especial os alumnos que se excederem em algazarras com prejuízo da tranquillidade dos demais;
- serão retirados do recreio ou soffrerão a pena necessaria os alumnos que gritarem, fizerem correrias, damnificarem as plantas ou prejudicarem o asseio do pateo com papéis, cascas de fructas, etc.;

- deverão os alunos no fim do recreio formar com calma sem correria, pois que o toque da campainha é dado com antecedência necessária.

Deverão os alunos lavar as mãos e tomar água no pavimento que funcionar a classe a que pertençam.

Não poderão tomar água nas mãos; a escola fornece copos aos alunos que não trazem o de seu uso.

Deverão ter todo o cuidado para não molhar o chão, ainda mesmo juncto ás pias e talhas.

Ao findarem os trabalhos do dia cada classe seguira em forma e em silencio até a escada de entrada, e só descida esta, se dispersarão os alunos. (Braune apud Moraes, 1922, p. 9-10)

Como a grafia desse texto demonstra, trata-se de regras utilizadas há muito tempo. Esse tipo de disciplina exigida é comum à Pedagogia Tradicional, onde o professor é visto como detentor do saber e aos alunos cabe somente ouvir e assimilar aquilo que ele tem a dizer sendo que, muitas dessas regras prevalecem até hoje em nossas escolas.

Segundo Saviani (2005, p. 118) até mesmo a forma como eram dispostas as carteiras em sala de aula, tinha a ver com esse autoritarismo e centralização no professor, “são fixas e voltadas para determinado ponto onde se encontra o professor (...) por isso é uma sala de aula silenciosa, de paredes opacas”.

“O silêncio nas aulas é absoluto e, fora delas, contido. Os movimentos corporais por sua vez, são completamente esquadrihados: sentados em sala, e em fila fora dela” (AQUINO, 1996, p. 43).

Este paradigma de disciplina imposta causa certo saudosismo por parte de muitos professores, educados nesta escola e que ainda vêem neste tipo de comportamento a solução para os problemas que enfrenta em sala de aula, sem se dar conta de que esta disciplina era obtida através da coerção e da punição, não permitindo ao aluno ter o direito de participação nas tomadas de decisões e muito menos de questionar os conteúdos trabalhados e a forma como eram colocados em sala de aula.

Neste tipo de educação o objetivo maior era formar cidadãos com a capacidade de se adaptar a sociedade e ao seu modo de vida, aceitando as imposições do poder vigente. A escola tinha, ainda, a pretensão de ser a redentora da humanidade.

Em contraposição a esse tipo de educação surgiu a Pedagogia Nova, que se propunha a formar o cidadão participativo e onde a escola tinha por objetivo atender às necessidades e interesses dos alunos, de acordo com sua

individualidade. Na visão desta Pedagogia a disciplina escolar passa a ser vista como uma forma de repressão.

Saviani (2005, p. 118) cita a sala típica da Pedagogia Nova, que vem contestar à Tradicional, onde as carteiras não são fixas, o professor não tem um lugar determinado, as paredes são multicoloridas, porque se acredita que quanto mais estimulado mais o aluno aprende, “a sala de aula é barulhenta em decorrência da multiplicação dos estímulos internos e externos”

O mesmo Saviani faz uma crítica a Escola Nova, que segundo ele, surgiu em oposição a Escola Tradicional por esta ser de aplicação mecânica, cristalizada e rigorosa dando prioridade ao professor e não ao aluno:

... ao estender sua influência em termos de ideário pedagógico às escolas da rede oficial, que continuaram funcionando de acordo com as condições tradicionais, a Escola Nova contribuiu pelo afrouxamento da disciplina e pela secundarização da transmissão de conhecimentos, pra desorganizar o ensino nas referidas escolas. (SAVIANI, 2006, p. 67).

Isto pode se observar na escola. Como a metodologia da Escola Nova foi colocada de maneira superficial, e diríamos até inseqüente, sem que os professores tivessem conhecimento teórico suficiente para aplicá-lo vindo a ocasionar certa desorganização nas escolas, onde cada um passou a fazer aquilo que acreditava ser certo, sem planejamento, abandonando-se os estudos teóricos e históricos.

Não generalizando, muitos consideraram ser tudo permitido e ao mesmo tempo proibido. Ou seja, era permitido aos alunos participarem das aulas de acordo com seu interesse. O professor deixou de planejar suas aulas, pois afinal ele tinha que partir das contribuições dos alunos. A exigência da disciplina nas escolas passou a ser vista somente como forma de repressão e o resultado está aí, todos preocupados com a realidade vivida e “desorientados” quanto aos procedimentos corretos a serem adotados.

O que se percebe atualmente, em razão do movimento de organização política da educação, é que as escolas da rede escolar brasileira ainda tentam se organizar usando as mesmas formas da Pedagogia Tradicional, com um agravante: professores não têm definido um método de trabalho, uma postura própria, estão à mercê dos modismos e sem embasamento teórico, com falhas em sua formação.

Vasconcellos (2006, p. 19) afirma que esse descontentamento dos professores, nas escolas atuais, acontece por que “o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente”. E alerta sobre a necessidade de uma reflexão acerca dos fatos que vêm ocorrendo dentro das escolas, estabelecendo critérios que contribuam para o enfrentamento do problema e não apenas cair no saudosismo.

Para Franco (1986, p. 62-63) o professor só se refere aos alunos quando menciona os problemas da disciplina na escola. No entanto, a disciplina diz respeito a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: direção, alunos, professores, pedagogos, funcionários e pais. Daí a necessidade “da observância de certas ordens, de certa sistematização, de certas normas de conduta, de certa organização. Isto porque o trabalho pedagógico não é um processo natural, espontâneo e tampouco ocasional.”

A verdade é que os alunos de hoje já não são os mesmos que freqüentaram as salas de aula no passado, onde se acreditava no mito de que por meio da escola se alcançaria a ascensão social. Além do que, essa escola atendia a poucos alunos, dando preferência a elite da época e os filhos das classes menos favorecidas tinham seu acesso limitado. Segundo Vasconcellos (2006, p. 28). “Atualmente, com a queda deste mito fica mais difícil para o professor conseguir um comportamento ‘adequado’ do aluno”.

Com a expansão do sistema capitalista, muitas mudanças ocorreram na sociedade e na dinâmica familiar, como menciona esse mesmo autor (2006):

- o homem trabalha mais;
 - a mulher vai para o mercado de trabalho;
 - a preocupação com o desemprego;
 - menos tempo (quantitativo e, sobretudo, qualitativo) para a família.
- (VASCONCELLOS, 2006, p.29)

Como a luta pela sobrevivência está cada vez mais intensa, todos precisam trabalhar mais, inclusive os professores; e muitas vezes os pais passam toda a responsabilidade para a escola, por falta de tempo ou por dificuldade em educar seus filhos, em razão principalmente por estarmos vivendo em uma sociedade extremamente consumista. Por conseqüência o convívio familiar passa a ser bastante restrito. É comum ouvir os pais dizendo que se necessário ‘pode bater, pode fazer o que quiser; eu já não posso mais com ele’. Vasconcellos (2006, p.79).

Diante de tais colocações o autor alerta que a escola precisa estar atenta e ter claro o que pretende com seus alunos, não assumindo papéis que não são seus e fazendo com o que os mesmos entendam o que está sendo proposto a eles. Desta maneira, os próprios filhos terão argumentos para ajudarem seus pais a compreenderem a proposta da escola e isso poderá ser possível a partir do momento que haja abertura por parte da escola para a participação de todos no levantamento dos problemas e das proposições de atitudes a serem tomadas em conjunto.

Para Arroyo (2004) os alunos já não são os mesmos, porque não encontramos nas escolas aqueles sujeitos que idealizamos em nossos cursos de formação: ingênuos, doces e bondosos. Para esse autor, como alimentamos essa imagem de aluno ideal torna-se inadmissível uma sala de aula que não seja composta por sujeitos ordeiros e passivos. Tudo vem piorando a condição da infância e adolescência e também as condições de trabalho dos docentes “o que vem tornando as escolas e salas de aula inadministráveis é o fato de terem piorado brutalmente as condições de viver a infância e adolescência enquanto não melhoraram as condições de exercer a docência”. (ARROYO, 2004, p. 39).

Apesar de tudo isso, não cabe a nós profissionais da educação condenar essas crianças e adolescentes à exclusão por não estarmos aptos a lidar com esses seres, mesmo porque não cabe somente aos professores uma tomada de atitude, cabe também ao Estado dar condições para que os docentes tenham uma melhor formação e condições materiais para que mudanças sejam possíveis como, por exemplo: melhoria salarial, valorização dos docentes, equipar os prédios escolares com bibliotecas adequadas, possibilitar a composição de salas menos numerosas, proporcionar cursos de formação continuada de qualidade, entre outros.

A imagem de alunos ideais não corresponde à vida real, pois essas crianças que hoje freqüentam as escolas foram condenadas desde a sua mais tenra idade a barbárie social onde a elite e o sistema capitalista os condenaram a não ter o direito de viver a sua infância de forma digna. Todos tiveram suas condições de trabalho deterioradas tamanha a precariedade a que fomos submetidos. Professores desvalorizados, cidadãos sem o mínimo de condições de moradia, trabalho e lazer. Essa é a realidade em que a escola está inserida e esses são os problemas reais que precisamos enfrentar.

Além de lidarmos com todas essas dificuldades observamos no inconsciente coletivo, a idéia de que indisciplina significa “desobediência, rebelião, insubordinação”, (BUENO 2000, p.345). Porém, no que se refere à indisciplina escolar, as opiniões sobre a mesma são variadas e divergentes. Isto se deve ao fato de ser um assunto complexo, trazendo em si uma multiplicidade de interpretações.

No entanto, todos se mostram preocupados com as causas que levam os alunos a serem indisciplinados. Ao observar-se o cotidiano escolar é muito comum se ouvir queixas constantes dos professores sobre a falta de respeito e de vontade em aprender dos alunos.

A falta de limites que, segundo os professores, os alunos vêm demonstrando dia-a-dia, deve-se ao fato dos pais estarem se omitindo quanto ao seu papel, outros mencionam a interferência da televisão e de outros meios de comunicação como, por exemplo, o computador e a internet, alegando não terem condições de competirem com esses veículos de informação que são de fácil acesso a todos.

Segundo Aquino (1998), é comum certa nostalgia por parte dos educadores que se reportam a escola de antigamente onde alguns fatos que ocorrem nos dias de hoje, não eram comuns na escola de sua infância.

No entanto, esse mesmo autor salienta que a escola anterior aos anos de 1970 era para poucos, muito poucos, portanto, era uma escola elitista e excludente.

Apesar disso, a escola atual que vem sendo vangloriada pelo Estado por estar abrigando um grande número de alunos, não tem dado conta de fazer com que esses alunos que hoje têm a oportunidade de freqüentar os bancos escolares a qualidade que tanto merecem, já que em sua maioria pertencem as classes menos favorecidas.

Somente colocar o aluno na escola é muito pouco quando se quer uma educação de qualidade, pois o número de evasão e repetência nas escolas brasileiras ainda é alarmante.

Paro (1998) afirma que se faz necessário refletir sobre o que significa uma educação de qualidade. A escola hoje recebe um afluente muito grande de alunos em condições bastante precárias onde podemos ressaltar: o volume de alunos por sala de aula, prédios inadequados, professores desvalorizados, fazendo com que esses profissionais tenham que trabalhar em carga horária exaustiva e tendo como

conseqüência a falta de condições de se atualizar, de se dedicar a uma escola específica e se preparar de forma mais digna.

Além disso, ressaltamos, também, a falta de consistência quanto ao que cabe realmente a escola ensinar. A falta de uma política pública educacional faz com que a cada mudança de governo o professor e a escola tenham de se adaptar e reinventar a forma de trabalhar.

Outra fala comum no ambiente é que “as crianças de hoje em dia não têm limites, não reconhecem a autoridade, não respeitam as regras, e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tornado muito permissivos” (Aquino, 1998).

Os alunos podem estar refletindo na escola a forma como conseguem atenção e reconhecimento em seus lares. Se a forma como fazem isso com seus pais é feita de forma intempestiva é comum que procedam na escola desse mesmo modo. No entanto, para Aquino (1998) se faz necessário ter cuidado ao se afirmar que as crianças não têm limites, não reconhecem regras, já que ao se observar muitos alunos considerados indisciplinados, durante um jogo ou uma brincadeira é possível perceber que conseguem se organizar e participar respeitando as regras criadas em conjunto. Portanto, “as crianças, quando ingressam na escola, já conhecem muito bem as regras de funcionamento de uma coletividade”.

O curioso é que eles têm noção de regras, entre eles, e quando a escola coloca suas diretrizes, elas são vistas como uma ameaça ao espírito democrático e como tal devem ser transgredidas, embora saibamos ser de extrema necessidade a colocação de limites, já que a escola é uma instituição onde diferentes elementos nela atuam e, portanto, precisam de normas para que o convívio de todos seja, no mínimo, saudável.

A legislação educacional atual visa à formação de alunos críticos, participativos, capazes de interagir e tomar decisões coletivas e a escola deve procurar oferecer condições para que esses alunos tenham o direito assegurado, embora essa seja uma situação que ainda encontra objeções por parte de professores e direção que vêm nessa participação uma ameaça a visão autoritária que ainda perpassa os corredores escolares. Se o objetivo é priorizar a cidadania, a escola deve buscar oferecer oportunidades de participação para pensar e resolver conflitos, até mesmo quando digam respeito a indisciplina.

Outra queixa comum é que “para os alunos, a sala de aula, não é tão atrativa quanto os outros meios de comunicação, e particularmente o apelo da televisão”.

Enquanto a mídia (os diversos meios de comunicação como a televisão, o rádio, o jornal, o próprio computador atualmente, etc.) têm como função primordial a difusão da informação, a escola deve ter como objetivo principal a reapropriação do conhecimento acumulado em certos campos do saber (...) (AQUINO, 1998)

Resumindo, é urgente que professores, pedagogos, pais e direção das escolas, parem para analisar as questões referentes a esse tema e se debrucem em estudos sérios e comprometidos para reavaliar o papel da escola e definir o que se pretende realmente por meio dela: reproduzir a sociedade desigual e que reflete na escola os problemas da mesma ou buscar estratégias de superação por meio de ações concretas que resgatem a função histórica da escola e de seus sujeitos para a construção de uma educação com qualidade social e assim obter meios para lutar contra o que está sendo imposto aos educadores e a própria sociedade.

1.2 A concepção de disciplina e a dinâmica vivida no âmbito escolar

É certo que o trabalho do profissional da educação, está estressante, onde o professor para sobreviver e poder se manter economicamente, acaba trabalhando, na maioria das vezes, em várias escolas, o que pode vir a ocasionar uma falta de envolvimento maior com os estabelecimentos de ensino nas quais desenvolve sua ação educativa.

Além disso, as condições de trabalho nas escolas são precárias: falta material didático, as bibliotecas muitas vezes estão defasadas, os cursos de formação continuada deficitários e falta de valorização do profissional da educação.

Acrescenta-se a isso tudo a formação acadêmica que alguns tiveram na Pedagogia Tradicional e outros voltados ao ideário da Escola Nova.

Passa-se a ter a ambigüidade de opiniões dentro da escola, como relata Vasconcellos (2006):

Se teve um estudo de caráter mais conservador, certamente terá visto uma defesa incontestável da necessidade de disciplina para a ‘ordem e progresso’ de uma nação. Se teve um estudo mais ‘crítico’, provavelmente aprendeu a desprezar a disciplina, por esta ser

castradora, autoritária reprodutora da ordem dominante, etc. (VASCONCELLOS, 2006, p. 88)

No entanto, isso não pode servir para justificar a falta de disciplina escolar e interesse dos alunos.

Precisamos buscar uma nova disciplina dentro da escola, não mais aquela obtida por meio de castigos, punições, exclusões, e sim a verdadeira disciplina, cujo objetivo é:

conseguir o auto-governo dos sujeitos participantes do processo educativo, e dessa forma as necessárias condições para o trabalho coletivo em sala de aula (e na escola), onde haja o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, ou seja, as condições para uma aprendizagem significativa, crítica, criativa e duradoura. (VASCONCELLOS, (2006, p. 49)

A escola deve trabalhar a disciplina no sentido de transformar o aluno num sujeito capaz de pensar e transformar a sociedade e a realidade em que vive, quebrando, assim, a hegemonia da classe dominante.

Para tanto, uma reflexão profunda a respeito do trabalho desenvolvido na escola deve ser feito, no sentido, de se defrontar com o problema da indisciplina e não apenas buscar culpados, porque segundo Franco (1986):

a disciplina está indissolúvelmente ligada ao processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos elaborados historicamente pelo homem. Deixa, assim de ser alguma coisa que diz respeito somente ao aluno, para transformar-se em preocupação permanente da comunidade escolar, em uma exigência da escola. (FRANCO, 1986, p. 63)

Muitas vezes a indisciplina em sala de aula, deve servir como um alerta para o professor, pois o aluno pode estar sinalizando para questões pontuais como, por exemplo, uma aula mal planejada, ou para o fato dele não ter claro o significado da escola. Aquino (1998) menciona uma fórmula pedagógica “ensina-se algo, de alguma forma, a alguém específico”. Segundo esse autor, não se trata de psicologizar o ato educativo e sim compreender que “a dimensão dos conteúdos refere-se a ‘o quê se ensina’, a dimensão dos métodos ao ‘como se ensina’ e a dimensão ética ‘para que se ensina’.

Devemos nos debruçar sobre essas questões de caráter ético dando novo sentido a disciplina esperada dos alunos, passando da passividade para a atividade, pois disciplina também quer dizer inquietação. A partir do momento que nos

deparamos com algo que nos incomoda passamos a nos disciplinar a fim de procurarmos meios para responder a nossa inquietação.

O trabalho pedagógico não é algo que acontece espontaneamente, nem é adquirido por prazer, de forma natural e espontânea. A colocação de determinada ordem é fundamental para que o processo educativo realmente se efetive.

Citando Aquino (1999, p. 134) em toda instituição social há um contrato implícito que entrelaça as relações, onde cada um ocupa um lugar determinado. Essa relação de autoridade deve ser construída dia após dia, pois não há possibilidade de estabelecer um vínculo de confiança, senão por meio de atos.

Atualmente, essa questão tem sido motivo de descrença, já que aqueles que deveriam mostrar seriedade e competência, quando ocupam posições nas instituições sociais, têm demonstrando que autoridade significa autoritarismo, e atendem aos interesses particulares e da classe economicamente dominante.

Quando nos reportamos à escola, a posição de autoridade em sala de aula é inegável a do professor. Porém, essa posição se deve ao fato de que o educador possui mais tempo de iniciação em determinado campo de conhecimento o que não significa ser o professor o detentor perene desse conhecimento. No entanto, o professor “deve ‘saber mais’ a respeito daquilo a que se propõe ensinar do que seus alunos; isso porque a confiança destes é diretamente proporcional à segurança daquele...” Aquino (1999, p.139)

Eis aí, a questão, ter autoridade é ter conhecimento, ter competência, saber estabelecer o que é prioridade, a importância de se ter claro aonde se quer chegar.

O professor será respeitado por seu aluno à medida que demonstrar aos seus alunos o significado da educação para ele.

Com a abertura da escola para todos, no Brasil, a oportunidade de escolarização foi estendida aos indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, o que deveria ser motivo de orgulho para todos os brasileiros. No entanto, as estatísticas mostram que a educação no Brasil não é motivo de alegria para ninguém, pois os índices mostram que “mesmo em termos quantitativos as deficiências ainda são enormes.” (SAVIANI, 2006, p. 51)

Se houve a expansão da oferta de vagas não houve a expansão da importância da escola, pois se a mesma passar a cumprir realmente o seu papel, a sociedade capitalista tende a deixar de existir, já que é por meio da aquisição do

conhecimento científico construído historicamente que o indivíduo terá condições de lutar por uma transformação na sociedade, superando, assim a divisão de classes.

Com certeza, esse não é o interesse dos capitalistas, que procuram a todo custo “secundarizar a escola, esvaziando-a de sua função específica, que se liga à socialização do saber elaborado, convertendo-a numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista”. (SAVIANI 2005, p. 99).

O que essa sociedade pretende propagar é que o cidadão precisa da escolaridade, mas somente o necessário para participar dessa sociedade e aceitar sua condição de submissão. Para Nagel (2007), educação é transformação, mudança e conseqüentemente educar é mudar comportamento.

Então, cabe a nós professores, o resgate do papel da escola e da importância do educador, fazendo com que a escola assuma a condição de “possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico.” (SAVIANI, 2005, p. 75)

Para tanto, precisamos ter claro que professor não é assistente social, psicólogo, pai, dentista, médico. O professor é o responsável pela formação das novas gerações e precisa ter claros seus objetivos, o que ele quer mudar, para que ele quer mudar. A partir daí todo seu esforço deve ser em função de atingir esses objetivos por meio do conhecimento sistematizado, construído historicamente.

É necessário a priorização dos conteúdos e organizar processos, formas para que se consiga atingir os alunos, ou seja, fazer com que os mesmos consigam aprender de forma adequada e assim façam valer o seu direito de ter uma educação de qualidade.

Saviani (2005, p. 16) menciona que na escola encontra-se tempo para tudo, todo tipo de comemoração e a transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados, passou a ser secundarizado. Cabe, então, a escola e aos professores criar condições para viabilizar o que é principal para que se passe do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular a cultura erudita, buscando-se a superação da hegemonia da classe dominante.

Isso não significa que “para existir escola basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação” Saviani (2005, p. 18). Ou seja, é necessário que haja planejamento,

estudo e reflexão sobre o que, como e quando os conteúdos serão trabalhados, que pode ser resumido na proposta do currículo das escolas.

Não basta o domínio dos conteúdos acumulados historicamente, existe a necessidade de saber dosá-los e seqüenciá-los de forma que tenham sentido aos educandos, tendo claro o fim que se pretende atingir.

1.3 A proposta de Gestão Democrática e o papel do pedagogo no enfrentamento do problema da indisciplina

A luta pela autonomia e pela democratização do ensino no Brasil é histórica e várias foram as conquistas como, por exemplo, a questão da gestão democrática e a mudança nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia que modificaram as políticas de formação desse profissional da educação, que passou a ter direitos não só a docência, mas também a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino. Segundo Ferreira (2006, p. 1343) “uma boa e sólida formação de qualidade dos profissionais da educação e de uma boa e sólida gestão da educação dependerão a vida futura de todos que pela escola passarem”. Na opinião dessa autora é importante que esses princípios sejam adotados não só pelo curso de Pedagogia, mas por todas as licenciaturas.

Embora a qualidade na formação dos profissionais da educação e a implantação da gestão democrática nas escolas contribuam e muito para uma educação de qualidade, isso ainda é muito pouco, pois muitas vezes não sai do plano teórico, já que não se efetiva realmente nas escolas.

Uma das primeiras providências, no nosso entendimento, é compreender o conceito de gestão democrática, que é assegurada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo nº 206 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no artigo 14 que garantem a todos os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar o direito de participar das decisões a serem tomadas dentro do ambiente escolar. Gestão democrática que enfatiza a importância do diálogo e respeito mesmo quando existam divergências de idéias.

Embora garantida por lei os princípios da gestão democrática ainda não se concretizaram, pois no interior das escolas ainda se encontram resquícios do autoritarismo de outrora e também porque a escola ainda é reprodutora da ideologia da classe dominante.

Isso não significa ser impossível a transformação da escola que aí está. A escola pode e deve contribuir para a transformação social, embora não seja a única responsável por isso. Para tanto, deve procurar atender aos interesses daqueles que dela fazem parte, ou seja, os filhos daqueles que pertencem às classes menos favorecidas, filhos dos trabalhadores que, em sua maioria a partir do momento em que nascem já são excluídos pela sociedade.

Paro (2006, p.17) menciona que “a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a boa educação escolar”, embora o Estado não cumpra com seu papel para a sua concretização, pois não oferece o mínimo de condições materiais para tanto.

Essas condições adversas como, por exemplo, salas numerosas, salários baixos, prédios inadequados, falta de material didático, troca constante de professores nas escolas, indisciplina dos alunos, falta de participação dos pais, não devem servir como desculpa para o não enfrentamento do problema e sim de estímulo para, numa ação conjunta, reivindicarmos uma educação de qualidade para todos, como reza a Lei.

A gestão democrática é concretizada, principalmente, em sala de aula onde o Projeto Político Pedagógico se concretiza e é posto em ação, como menciona Ferreira:

...fazendo-se em ação na sala de aula, por conter “*gérmen*” o espírito e conteúdo do projeto político pedagógico que expressa os compromissos e o norte da escola por meio da gestão de ensino, da gestão da classe, da gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento.(FERREIRA, 2006, p. 1348)

Percebe-se, então, que a gestão democrática vai além da questão administrativa e burocrática, expandindo-se a horizontes maiores onde a participação, o compromisso e o diálogo a respeito das dificuldades, objetivos e conseqüências das decisões tomadas permeiam o cotidiano escolar.

A concretização dos princípios da gestão democrática acontece quando se compreende que por meio da participação, do envolvimento e comprometimento com o Projeto Político Pedagógico estabelecido está-se exercendo o direito a cidadania, onde, no coletivo, as pessoas responsabilizam-se pelo que se faz, se fez e o que deve ser feito, superando os interesses individualistas e contribuindo para a

formação do cidadão responsável e também para repensar as estruturas do poder autoritário que ainda podemos vislumbrar em nossa sociedade capitalista onde a escola foi colocada a mercê dos interesses de mercado.

Aquino (2003, p. 34) nos remete a pensar sobre as mudanças ocorridas na escola por meio da sua descaracterização, onde passam a ser atribuídas aos professores várias incumbências “em vez de educadores, convertem-se eles a pregadores dos bons costumes e/ou fiscalizadores da conduta alheia; e a sala de aula se vê transmutada em um grande reformatório dos hábitos inadequados do alunado e, especialmente, da ‘má índole’ de alguns.”

A aproximação entre pedagogos e professores é extremamente necessária, para que, juntos, num processo dialético, se aproximem de providências que, pelo menos, amenizem o problema da indisciplina e outros que porventura existam dentro da escola.

É possível ao Pedagogo intervir nas questões disciplinares, entretanto, cabe ressaltar uma definição bastante interessante, a nosso ver, feita por Vasconcellos (2002) do que não é a função do coordenador pedagógico ou do Pedagogo:

Não é *fiscal* de professor, não é *dedo-duro* (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é *pombo-correio* (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é *coringa/tarefeiro/quebra-galho/salva-vidas* (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é *tapa buraco* (que fica ‘toureando’ os alunos em sala de aula no caso de falta de professor) não é *burocrata* (que fica às voltas com relatórios mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de ‘papel’), não é *gabinete* (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é *dicário* (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas) não é *generalista* (que entende quase nada de quase tudo). (VASCONCELLOS, 2002, p. 86).

Por meio de um planejamento de suas ações, o Pedagogo junto com o corpo docente pode estabelecer momentos de reflexão sobre o assunto, considerando antes vários aspectos como sugere Franco (2003, p. 169-173): qual a concepção de disciplina dos professores; a relação professor-aluno e sua proposta de trabalho em sala de aula. A partir da concepção de disciplina que o professor possui se desencadearão suas ações em sala de aula. Atitudes como autoritarismo e liberalidade devem ser questionadas e analisadas. A falta de planejamento, de

conhecimento amplo sobre o conteúdo ministrado e de metodologias adequadas podem ocasionar a indisciplina na sala.

Como mencionado por Franco (2003), o Pedagogo pode proporcionar um trabalho, junto aos professores, como por exemplo:

Momentos de estudo de textos de autores que discutam a problemática da indisciplina na escola, práticas pedagógicas, adolescência, etc. É de fundamental importância que as reflexões sejam pautadas em estudos, procurando superar o senso comum, os “chavões e a visão estereotipada comum entre o corpo docente acerca dos temas acima citados;

Momentos de análise e reflexão de situações concretas, vivenciadas pelos professores em sala de aula, procurando buscar alternativas para a intermediação de situações de conflito, bem como de propostas e de posturas e ações em grupo, tendo como referência os estudos dos textos trabalhados anteriormente;

Troca de experiências bem-sucedidas em situações de relacionamento interpessoal em sala de aula, como também de propostas didáticas adequadas às diferentes faixas etárias e conteúdos. (FRANCO, 2003, p. 174)

Consideramos, como essencial a atuação do Pedagogo junto ao corpo docente na tentativa de superação desse embate. Embora, hoje, este profissional esteja se sentindo desvalorizado dentro da escola, sua atuação é de extrema importância, pois, como coloca, sabiamente, Saviani (1985, p. 27) o Pedagogo é “aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade”.

Além disso, a valorização do Pedagogo e sua atuação podem e devem ser concretizadas dentro da escola, onde este profissional por meio de um Plano de Ação bem elaborado e em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, que não fique somente no papel, pode trazer contribuições valiosas para o bom andamento de qualquer estabelecimento de ensino que tenha claro seus verdadeiros objetivos educacionais e que não se deixe envolver pelos modismos das políticas educacionais que, na maioria das vezes, não passam de políticas de governo.

E não concluindo...

Longe de querermos dar um receituário para a solução do problema da indisciplina em sala de aula, elencaremos algumas sugestões dadas por estudiosos da área, com a intenção de auxiliar os docentes no enfrentamento de tal problema.

Como a sala de aula é o palco principal da incidência de indisciplina escolar o professor deve procurar sanar as divergências desde o início, para que não venha a se tornar um fator de “implicância” recíproca. Parece-nos fundamental encarar o problema de frente por ser do professor a responsabilidade pela sala de aula. Talvez a realidade vivida em sala, não seja a idealizada pelos docentes, no entanto, “só se pode transformar a realidade a partir do momento em que se assume a existente.” (VASCONCELLOS, 2006, p. 84).

Apesar de termos claro que a situação do professor é extremamente difícil, o educador não pode deixar de ter claro o seu objetivo pedagógico e quais as regras que considera serem necessárias para conseguir alcançá-lo. Segundo Aquino (1998) “a disciplina escolar é um dos produtos ou efeitos do trabalho cotidiano de sala de aula.”

Como é o professor que está em contato direto e cotidiano com os alunos, vê-se a necessidade do mesmo conquistar o respeito e a confiança da turma, o que se dará a partir do momento em que se estabelecer a interação entre os mesmos, por meio do diálogo e respeito pelas opiniões, por mais diversas que possam parecer.

Muitas vezes podem ser observadas situações onde professor e aluno se enfrentam como se estivessem disputando o poder pelo espaço ocupado. O professor não pode, em hipótese alguma, permitir esse tipo de atitude em sala de aula correndo o risco de desencadear um problema seríssimo para ambas as partes, pois a “busca do clima ético, de respeito em sala de aula tem a ver com a construção da cidadania, com o direito à diferença, com o direito a ter sua palavra, a se expressar.” (VASCONCELLOS, 2006, p.93).

O aluno não precisa gostar do professor, mas ele deve respeitá-lo e vice-versa.

Além disso, o professor precisa estabelecer o que é disciplina para ele, o que varia muito de pessoa para pessoa e de acordo com a sua formação acadêmica.

Se ser disciplinado é ser somente obediente, calado, submisso, esse conceito precisa ser revisto e reconsiderado, pois disciplina é muito mais do que isso: é participação, inquietação, reconstrução de conceitos e comportamentos.

É muito importante que o professor faça uma análise da indisciplina em suas aulas, pois o mesmo aluno que muitas vezes se mostra indisciplinado com um professor pode não agir da mesma forma com outro. Cabe uma reflexão, portanto, de seu trabalho docente, da maneira como está conduzindo sua aula e do significado dado aos conteúdos trabalhados.

Procurar saídas dentro da sala de aula, antes de fazer encaminhamentos, também deve ser levado em conta, pois pode transparecer ao aluno a sua falta de autoridade e competência colocando em xeque o papel do professor. E para muitos alunos a alternativa de ser "mandado" para fora da sala é visto, algumas vezes, como um privilégio dado a sua falta de interesse em participar da aula de determinado professor.

Porém, infelizmente, em alguns casos extremos são necessárias as aplicações de sanções contra atos indisciplinados mais graves.

Cabe à direção, professores, pedagogos, juntamente com os órgãos colegiados da escola, baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente e também com a participação dos alunos, por meio de grêmios e representantes de classe pensarem a escola como um todo e elaborar, conjuntamente, quais os procedimentos legais e adequados aos comportamentos que extrapolem o respeito à cidadania.

Por meio da participação efetiva de toda a comunidade escolar, a escola, que é o lugar onde se inicia a formação do cidadão, pode estabelecer critérios para uma relação saudável onde respeito, civilidade, participação, autonomia e democracia passem realmente a ter significado e ser efetivada fora dela.

Tomemos por base a definição dada por Vasconcellos (2002, p. 74) ao que deveria ser cidadão "aquele que participa ativamente, que decide os destinos da Polis, que não espera ser chamado, que se engaja na luta de autodeterminação pessoal e social." Para isso a escola deve se organizar.

Essa organização pode ser iniciada pela criação de grupos de estudos como foi sugerido pelo Programa de Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Estado do Paraná.

Como uma das etapas do referido programa da Secretaria de Estado do Paraná era uma proposta de ação na escola, foi implantado, na Escola Estadual Dr. João da Rocha Chueiri – Ensino Fundamental, no município de Ribeirão Claro, um grupo de estudos, onde professores, pedagogos e funcionários tiveram a oportunidade de refletir a respeito do tema “Gestão Democrática e Indisciplina Escolar”. Neste grupo foram analisados vários textos e vídeos abordando esse assunto.

Durante as discussões, que foram muito produtivas, pudemos observar que, principalmente, a questão da indisciplina escolar realmente é uma das principais preocupações dos integrantes do grupo, que a todo momento colocaram a dificuldade de conseguir fazer com que os alunos participem da aula e tenham interesse pelos estudos.

Vários fatores foram apontados pelos educadores como possíveis causadores da indisciplina escolar, dentre eles destacamos: a má formação acadêmica de alguns professores, a falta de participação da família na vida escolar dos filhos, sala de aula numerosa, falta de estrutura física das escolas, cursos de formação continuada sem planejamento e continuidade, o meio social dos alunos, a contratação de professores durante o andamento das atividades escolares, para substituírem professores efetivos que se afastam por motivos de saúde, licença especial, aposentadoria e quando ingressam na escola, além de enfrentarem a resistência dos alunos pela substituição ainda demonstram dificuldade para entender o funcionamento da escola e seu Projeto Político Pedagógico, causando certo transtorno no andamento da escola.

Todavia, reconhecer e identificar os problemas por si só é muito pouco. A partir da identificação da existência dos problemas é necessária a conscientização da necessidade de mudança e mudança requer comprometimento, dedicação, mas principalmente estudo e pesquisa.

Como se pode observar pelo que foi elencado, a realidade vivida em uma escola hoje merece momentos de muita reflexão e estudo, não apenas por parte da comunidade escolar, propriamente dita, mas de toda sociedade. Embora esteja claro que a escola não é a redentora da humanidade, muito se espera dela.

É na escola que se reúne o maior número de crianças, jovens adolescentes e onde os mesmos passam uma boa parte de sua vida.

Essa escola pública que foi aberta para todos deveria atender de maneira eficiente e produtiva alunos provenientes das classes menos favorecidas propiciando aos mesmos, condições de entender e quem sabe reverter o domínio da classe dominante. No entanto, o que percebemos é certa fragilidade e pouca eficiência dessa escola. A preocupação, hoje, se resume aos números que a educação pode proporcionar: menos evasão e repetência, mais aprovação.

A boa escola envolve ensino e aprendizagem, não basta termos números mostrando que hoje temos a maioria dos alunos dentro das salas de aula. Qualidade em educação deve vislumbrar “a proporção de seus alunos que ela consegue levar a se apropriar do saber produzido historicamente ou, melhor ainda, supõe considerar que só há ensino quando há aprendizagem” (PARO, 1998).

Em suma, pudemos observar que há grande preocupação por parte dos professores sobre as questões políticas que envolvem a escola dos dias atuais e constatamos ser necessário nos aprofundarmos em conhecimentos teóricos e pesquisa sem os quais a compreensão sobre a realidade vivida se tornará cada vez mais difícil e a necessária tomada de decisões mais distante. É preciso superar o “achismo” e possíveis visões preconceituosas que ainda povoam o imaginário dos envolvidos no processo educativo para que se consiga a mudança necessária relacionada à indisciplina escolar, além de outros problemas pedagógicos e administrativos.

É certo que só envolvimento e o comprometimento dos profissionais da educação é muito pouco para conseguirmos superar os efeitos da indisciplina, já que a escola reflete os problemas sociais e estruturais de nossa sociedade. Contudo, não podemos perder de vista o objetivo principal da educação e recuperar a sua importância na formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, na escola e mais que isso: na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. **A formação dos profissionais da Educação Básica no curso de Pedagogia**. In: Para onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional? Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.

AQUINO, Julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n.2, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000 200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 Nov 2007.

AQUINO, Julio Groppa (org). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

_____. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

BRASIL/LDBEN nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. MEC, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil dos anos 90**. Campinas: Educação e Sociedade, vol.23, n.80, setembro/2002, p. 234-252.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no Brasil: A Gestão Democrática da Educação com Gérmem da Formação**. In: Educ. Soc. Campinas. Vol. 27, n. 97, p. 1341-1358, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

FRANCO, Francisco Carlos. **A indisciplina na escola e a coordenação pedagógica**. In: O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **A disciplina na escola**. Revista Ande. São Paulo, SP, p. 62-67, 1986.

NAGEL, Lizia Helena. **Conhecimento e teorias pedagógicas**. Vídeo disponível em: www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/arquivos/File/programas/tv.htm

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. Disponível em: http://www.escoladegestores.Inep.gov.br/downloads/artigos/gestao_da_educacao/a_gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 38. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5).

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea)

____. **Sentido da Pedagogia e papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n° 9, p. 27-28, 1985.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **(In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 4).

____. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002. (Subsídios Pedagógicos do Libertad).